

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
SESSÃO ORDINARIA DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017
ACTA N.º 1/2018
(CONTÉM 34 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de 05 de fevereiro de 2018, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no miniauditório, pelas 09h30m, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação da ata da sessão realizada no dia 30 de novembro de 2018;
4. Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;
5. Declaração do registo dos compromissos plurianuais de 2017;
6. Declaração dos recebimentos e pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2017;
7. Relação dos compromissos assumidos e não pagos em 2017;
8. Isenções e benefícios fiscais – Ano de 2017;
9. Assunção de compromissos plurianuais – Ano de 2017;
10. Plano de saneamento financeiro – Relatório de acompanhamento da execução do PAF – Ano de 2017;
11. Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Empreitada: sistema de abastecimento de água a Miranda do Douro – zona norte – Consórcio: Elias Santos Pinto & Filhos, S.A.; Vivadouro Construções, Ld.^a; Ovava, Ld.^a;
12. Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Empreitada: Construção da ETAR de Sendim;
13. Pedido de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público na regularização da atividade pecuária solicitada por Gilberto Fernandes Preto – Proc.º 361/2015;

A

14. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros: Helena Maria da Silva Ventura Barril, Mário João Ferreira Vaz. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: Carlos do Nascimento Ferreira; Antero Correia Besteiro; António Augusto Castro Carção; Maria Virgínia Lopes Preto; Mário da Conceição Bartolomeu Torrão; Alberto José Raposo; Marisa Pardal Lavrador; Luz Jesus Guerra João; Urbino Anjos Correia; Bruno Filipe Lourenço Torrado; Eduardo Sanches da Gama; Zulmira do Nascimento M. Cristal Firmino; Priscila Salomé R. Oliveira; Carlos Eduardo Córdova Pêra; José Marcelino Antão; Camilo António Vaz das Neves Raposo; Abílio Domingues Pires Barril; Manuel Guerra Gonçalves; António Jorge Jacoto Lourenço; António José Fernandes Ribeiro; José Francisco Gonçalves Ribeiro; Luís Augusto Lucas; Aquilino José Morete Ginjo; Orlando Seixas Vaqueiro; Silvino Francisco Preto da Silva; Adérito dos Santos Martins. -----

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo: o Presidente da Câmara Municipal, Artur Manuel Rodrigues Nunes, e os Vereadores, Ilídio Maria Rodrigues, Anabela Piedade Afonso Torrão e António Nuno Marcos Rodrigues. -----

Registando-se quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos do Nascimento Ferreira, declarou aberta a sessão eram nove horas e quarenta e cinco minutos. -----

1. INFORMAÇÕES-----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou os presentes e de seguida apresentou a correspondência remetida à Assembleia Municipal de Miranda do Douro pelo Tribunal de Contas, concernente à “Homologação da conta relativa ao exercício de 2015 – Recomendações”, e uma moção enviada pela Assembleia Municipal de Bragança, respeitante à “Produção de castanha em Bragança”. -----

De seguida, perguntou se alguém pretendia prestar alguma informação, não tendo nenhum membro manifestado a intenção de prestar informações, passou ao ponto seguinte. -----

2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Assembleia Municipal** fez uso da palavra para propôr que a Assembleia Municipal adira à iniciativa “Movimento pelo Interior”, tendo apresentado uma moção no âmbito desse movimento. Explicou que se trata de um movimento apartidário, que envolve várias personalidades reconhecidas e conhecidas a nível nacional, e são, sobretudo, membros dos dois maiores partidos representados na Assembleia da República, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata.

Declarou que, este movimento tem como principal objetivo começar a alavancar esta grande problemática ligada, por um lado, à doença demográfica do interior, e por outro lado, à doença financeira e económica originada pelo despovoamento do interior.

Transmitiu que, é do conhecimento geral que, grosso modo, os municípios do litoral representam 20% do total de municípios nacionais, e que, aí concentram mais de 60% da população portuguesa, mais de 70% da riqueza nacional, mais de 60 a 70% das infraestruturas portuárias, e das infraestruturas viárias e afins, encontrando-nos numa rampa em que cada vez mais, o Portugal litoral está sobrecarregado de população e o interior fica despovoado.

Afirmou que, este fenómeno se vem verificando desde o início do período dos descobrimentos, sendo que, a partir desse período as pessoas do interior começaram a ser mobilizadas para colonizar os territórios descobertos.

Informou que, este movimento acredita que com pequenas medidas paliativas não se consegue atingir o objetivo pretendido, dizendo que, dar um benefício de 5 ou 10% no IRC às empresas, ou no IRS às pessoas singulares que pretendam estabelecer-se no interior, não será uma grande opção.

Referiu que este movimento acredita que, apenas através da tomada de medidas radicais, é que se consegue atingir o objetivo pretendido que é a fixação de população no interior. Acrescentou que este movimento tem o alto patrocínio do Sr. Presidente da República e do Sr. Primeiro Ministro.

Terminada a sua intervenção, prosseguiu abrindo inscrições, tendo-se inscrito os seguintes membros: o Deputado António Carção; o Deputado Alberto Raposo; o Presidente da Junta de Freguesia de Picote, António

Lourenço; o Deputado Eduardo Sanches da Gama; e o Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela, Orlando Vaqueiro. -----

O **Deputado António Carção** cumprimento todos os que se encontravam presentes dando em seguida início à sua intervenção. -----

Referiu que, quando leu a moção apresentada ficou com alguma dúvida em relação à proveniência da mesma. Se este documento tinha sido enviado pelo grupo de pessoas que criaram o movimento, ou se tinha sido da autoria do Presidente da Assembleia Municipal. -----

Declarou que, neste momento não lhe restam dúvidas e que estas iniciativas só perdem pelo atraso, porque já devia de ter sido tomada há mais tempo. Considera que, é uma iniciativa justa, rigorosa e que deve ser subscrita e aclamada por esta Assembleia Municipal. -----

Em sua opinião, seria de acrescentar a esta moção a conclusão da ligação do IC5 a Espanha, por considerar que é de diversas formas uma mais valia para este Concelho, uma porta aberta para uma série de oportunidades, não apenas para esta região, mas também, para todo o país, assim como, para a vizinha Espanha. -----

Transmitiu ao Presidente da Assembleia Municipal, deixava à sua consideração a colocação desse item na moção apresentada. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que a moção aqui apresentada é da sua autoria e que nada tem a ver com o “movimento”. -----

Informou que a moção por ele apresentada é uma moção para todo o interior, e o “movimento” é algo dinâmico, não trata de uma questão pontual. ---

Acrescentou que, considera que se deve ficar pelo contexto do movimento pelo interior e não se devem acrescentar outras questões à mesma.

Concordou com o Deputado António Carção, quando referiu relativamente ao IC5 que se trata de uma questão importante para o nosso concelho, no entanto, considera que se trata de uma questão distinta da visada na presente moção, pelo que não tem enquadramento na mesma. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** solicitou o uso da palavra para intervir apresentando alguns esclarecimentos a respeito do “Movimento”. -----

Antes de apresentar à sua intervenção cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão, desejando a todos votos de um ano próspero tanto a nível político, como a nível profissional e pessoal. -----

Fez o enquadramento da questão do “movimento” referindo que o Partido Socialista criou uma Unidade de Missão para a Valorização do Interior, composta por um conjunto de entidades e presidida por uma mulher para resolver e enquadrar os problemas do interior no sentido de criar uma série de medidas que são apresentadas na forma de propostas para implementar em toda a região do interior. -----

Explicou que, em função daquelas medidas, atualmente existe uma proposta quer da parte do Senhor Presidente da República, quer da parte do Senhor Primeiro Ministro, bem como, de um conjunto de entidades e personalidades apartidárias para criar este “movimento” e levar avante as propostas que este movimento pretende. -----

Explicou que, esta equipa já esteve em Bragança, no auditório Paulo Quintela, onde apresentaram um conjunto de medidas para os próximos doze anos. Informou que, existe um site na net disponível para quem pretender apresentar propostas neste âmbito. -----

Acrescentou que, a equipa tem neste momento seis propostas concretas e executáveis que foram escolhidas de entre mais de uma centena de propostas, que vão ser apresentadas ao governo. -----

O **Deputado Alberto Raposo** cumprimentou os que se encontravam presentes, dando em seguida início à sua intervenção. -----

Referiu que, nada tem a acrescentar à moção apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal, e considera que está bem elaborada. -----

A respeito do movimento criado em defesa do interior do país afirmou ter algumas dúvidas. Declarando que se trata de mais um embuste criado pelo Sr. Presidente da República e pelo Sr. Primeiro Ministro. -----

Expôs que, está no mundo político há longa data e que já teve oportunidade de ver e ouvir diversos organismos a respeito da defesa dos interesses das populações do interior, no entanto, nunca viu ninguém fazer nada por Trás-os-Montes. -----

Prosseguiu dizendo que, constatou ao longo destes anos de vida política que foram criados muitos tachos e tachista, tendo sido poucos os políticos que fizeram alguma coisa por Trás-os-Montes. -----

Acrescentou que, têm que ser os transmontanos a fazer alguma coisa por esta região, caso contrário, mais ninguém fará nada. -----

Declarou que as palavras escritas pelo Presidente da Assembleia Municipal são grandes e que espera que surtam o respetivo efeito. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou que, a apresentação da moção é uma forma de fazer alguma coisa pela nossa região. -----

Relembrou que, há quarenta anos atrás Trás-os-Montes não era o que é atualmente, nomeadamente ao nível das infra-estruturas públicas de que atualmente as populações transmontanas usufruem e, portanto, tem sido feita alguma coisa por Trás-os-Montes. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, António Lourenço, cumprimentou todos os que se encontravam presentes e de seguida iniciou a sua intervenção dizendo que, faz votos para que a “Feira de Sabores” corra da melhor maneira possível e que espera que seja mais um bom momento de divulgação dos produtos da nossa terra. -----

No que respeita à moção, disse que pretendia deixar algumas notas, que lhe parecem relevantes. -----

Referiu que, concorda com os parâmetros que se encontram na moção, no entanto, considera que os diagnósticos estão todos feitos, comentando que o essencial é passar à prática. -----

Sendo que, os Presidentes de Junta de Freguesia são, em sua opinião, considerados os parentes pobres da administração pública, justo será que lhes seja dado a devida dignidade e reconhecido, assim como, aos Presidentes de Junta de Freguesia, por serem aqueles que mais próximos estão das populações e têm que dar resposta aos problemas das respetivas freguesias. ---

Apelou para que este paradigma político, passados quarenta anos da ocorrência do “25 de abril”, se modifique, dando às freguesias a dignidade que elas merecem, as competências que elas merecem e o poder necessário que lhes permita agir indo de encontro às necessidades dos respetivos fregueses. ---

Considera que a moção apresentada deve ser aprovada por unanimidade e aclamação e que seria importante incluir na mesma esta questão das Juntas de Freguesia. -----

O **Deputado Eduardo Sanches da Gama** cumprimentou todos os que se encontravam presentes e de seguida continuou expressando que, a seguir ao “25 de abril” o Concelho de Miranda do Douro já tinha uma série de infra-estruturas e que, além disso, a população era bastante mais numerosa. -----

Disse que, atualmente, embora tenhamos todas as infraestruturas necessárias não temos gente. -----

Referiu-se à escassês de água e à implementação do sistema de regadio no nosso Concelho. -----

Relativamente ao IC5 disse que é feita a estrada e não vem para cá ninguém, e caso a fechem quem cá está vai embora. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** interveio dizendo este tipo de reflexões e declarações, afirmando que as estradas do interior servem apenas para levar gente e em troca não trazer absolutamente nenhuma, o deixam bastante incomodado, porque as vias de comunicação do interior, são como as de qualquer parte do mundo: trazem e levam. E a verdade é que nos momentos em que saiu mais gente de Trás-os-Montes, foi quando nem sequer estradas aqui existiam! -----

O **Deputado Eduardo Sanches da Gama** disse que estava a ser irónico, e que o que ele gostava era que o “movimento” criado dê-se pancada a muita gente. Afirmou que está farto de ser roubado e que nos próximos quinze ou vinte anos todos os impostos cobrados em Trás-os-Montes deveriam cá ficar.

Porque os portugueses pagaram um IC19, onde passam um milhão de pessoas por dia e não pagam portagens, e quando se vai de Miranda do Douro para o Porto pagas-se portagem, indo por Bragança. -----

Referiu que, é a favor da moção apresentada e que venham mais moções, mas que, por muitas moções que venham nunca serão suficientes. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela**, Orlando Vaqueiro, disse que, as moções valem o que valem, são importantes na medida em que há uma sensibilização em relação ao um determinado problema por

parte de quem as apresenta, e por outro lado, servem para sensibilizar a outra parte que terá ou não poder para ajudar na resolução do problema. -----

Afirmou que, as propostas presentes na moção recomendam a adesão a um fórum que está aberto para discussão, uma espécie de referendo informático, e acredita que foram nele apurados os problemas essenciais. -----

Expôs que, em 2000 ou 2001 decorreu um fórum em Bragança para inventariar e ajudar a resolver os problemas de Trás-os-Montes, foram elaborados uns livrinhos e uns panfletos, e uma série de propostas úteis e boas, não se tendo verificado grande colaboração por parte de quem governava. -----

Referiu que, nós os transmontanos, pessoas do interior, de vez em quando temos que fazer o mea culpa, relativamente a estas questões, porque queremos que nos resolvam os problemas. -----

Declarou que, ultimamente já se tem verificado alguma iniciativa da parte do poder local, no entanto, durante muitos anos o poder local esteve muito adormecido, verificando-se carência de propostas e de projetos da parte do poder local junto do poder central, para obter a colaboração do poder central, acrescentou que, o poder local teve um défice de capacidade reivindicativa. -----

Mencionou que, sempre que são utilizados os incentivos à fixação de população, tais como, isentar de IRC as empresas durante dez ou quinze anos, isentar de IRS famílias que pretendam estabelecer-se numa determinada região do país, a história portuguesa demonstra que sempre que há incentivos à fixação de população em determinadas áreas, terminado o período de carência as pessoas voltam a ir embora daquela região. -----

Propôs que, as autarquias locais, sejam elas Câmaras Municipais, ou outras entidades, devem apresentar projetos concretos informando da viabilidade dos mesmos. Caso o Governo não queira financiar esses projetos nas eleições legislativas seguintes, como forma de reivindicação, deve ser feita greve ao voto. -----

Quanto à moção em si, disse que, todos nós gostamos de Trás-os-Montes, todos nós reconhecemos os problemas do interior, e devemos estar de acordo com a mesma. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Picote, disse que uma das propostas apresentadas na moção é propôr que cada Junta de Freguesia deste Concelho adira ao “movimento”, e também que cada um dos membros da Assembleia Municipal o façam individualmente. -----

Expôs que, esta é uma forma de tomarmos consciência, entre nós, destes problemas, e saber que existem estes movimentos, é uma dialética, é um caminho. -----

O Presidente da Câmara Municipal solicitou o uso da palavra tendo o Presidente da Assembleia Municipal concedido. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** disse que, é verdade que as autarquias locais têm tido um papel fundamental no desenvolvimento e no crescimento deste país. -----

Informou que, através da Associação Nacional de Municípios foi demonstrado que o grande problema deste país não são as autarquias locais. O grande problema encontra-se no poder central, e na falta de boa gestão e de boa aplicação de dinheiros públicos. -----

Declarou que, as autarquias locais, sejam Câmaras Municipais, sejam Juntas de Freguesia, são um bom exemplo de gestão de dinheiros públicos e da boa aplicação desses dinheiros. -----

Afirmou que, de facto Trás-os-Montes está diferente de há quarenta anos a esta parte e deve-se isso, fundamentalmente, ao poder local, expondo que este é o ponto de honra que pretendia defender. -----

Deixou mais duas considerações, em primeiro lugar, o reajustamento do 2020, porque o Governo foi beber às autarquias locais fundos comunitários. ----

Em segundo lugar, a preparação de uma proposta para a materialização de um conjunto de incentivos para o 2030. -----

Expôs que, quando o 2020 foi delineado, deu-se, no âmbito das Comunidades Intermunicipais uma separação territorial administrativa entre o Alto Tâmega e as Terras de Trás-Os-Montes. Esta separação, deveu-se ao facto, da área metropolitana do Porto ficar de fora do 2020, devido ao facto do rendimento per capita ser superior. A estratégia seguida pela área

metropolitana do porto foi, incluir Oliveira de Azemeis, Penafiel, Paredes e Arouca na sua área. Foi a única forma de reduzir o rendimento per capita, dando-se a reorganização territorial administrativa para aceder a fundos comunitários. -----

Transmitiu que, tinha acabado de ser publicada uma noticia em que o território de Trás-Os-Montes é acusado de ser um território pouco competitivo, o que significa ter poucos projetos. Sendo que a área metropolitana do Porto uma área muito competitiva por ter mais projetos. -----

Expôs que, atualmente a região de trás-os-Montes tem três vezes mais do que os fundos comunitários outorgaram a esta região. O que significa que, nós somos competitivos, mas na prática não são atribuídas verbas a esta região.

Referiu que, esta é uma luta entre a área metropolitana do Porto e toda a região norte, Trás-Os-Montes, Minho e Douro. -----

Quando foram distribuídos os fundos comunitários, foram alteradas as variáveis da atribuição dos fundos fazendo o PIB (Produto Interno Bruto) per capita, de modo a atribuir menos verbas ao interior e mais às zonas do litoral, nomeadamente, à área metropolitana do Porto. -----

Terminada a intervenção do Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela. -----

O Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela, Orlando Vaqueiro, apresentou um esclarecimento relativamente à intervenção que fez anteriormente quando referiu que, o poder local neste momento já tem alguma capacidade reivindicativa. -----

Perguntou, relativamente à atuação do poder local, o que foi feito em termos conjunturais para abater o maior dos graves problemas de todo o interior, que é a desertificação. O que fizeram as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia para incentivar a natalidade, há dez, quinze, vinte anos atrás? Afirmou que esse é que é o problema do interior, porque onde houver gente há tudo. -----

Afirmou que, o poder local tem que assumir as suas responsabilidades, assim como, o poder central. E que quando o poder central elabora os diplomas

e favorece o litoral tem que assumir as suas responsabilidades, bem como, o poder local, que criou uma série de empresas municipais e mais tarde o poder central teve que legislar para serem extinguidas por serem consideradas um cancro do poder local. -----

Disse que, talvez nos últimos doze anos tenham aparecido alguns incentivos à natalidade, e à fixação de população, por parte do poder local.

O **Presidente da Assembleia Municipal** depois das intervenções terem terminado, propôs a aprovação da moção apresentada pelo próprio, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade e aclamação. -----

Terminadas as intervenções feitas no âmbito da moção apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal, e votada a sua aprovação, abriu novamente inscrições para intervir no “Período antes do ordem do dia” e inscreveram-se os seguintes membros: o Deputado António Carção; a Deputada Virgínia Preto; o Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas, Camilo Raposo; o Deputado Bruno Torrado; O Presidente da Junta de Freguesia de Duas Igrejas, Carlos Pêra; o Presidente da Junta de Freguesia de Palaçoulo, Manuel Gonçalves; o Deputado Eduardo Sanches da Gama; o Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, Abílio Barril; o Presidente da União de Freguesias de Sendim/Atenor, Aquilino Ginjo; o Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa, António Ribeiro; e o Deputado Antero Besteiro. -----

O **Deputado António Carção** expôs que, as pessoas manifestam grande preocupação relativamente à limpeza das florestas e do mato, e que pairam muitas dúvidas e receios a respeito desta temática. Disse que, devia ser encontrada uma maneira de se proceder ao esclarecimento deste assunto junto da população do Concelho de forma homogénea. -----

Prosseguiu dizendo que, esta matéria tem suscitado preocupação não apenas nos municípios, assim como, nos autarcas por se tratar da primeira vez que este tema está a ser tratado. -----

Solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal que providencie no sentido de se proceder à recolha de canídeos vadios e abandonados, na zona da parte mais antiga da Vila de Sendim, mais concretamente na rua da Frágua. -

A **Deputada Virginia Preto** expôs, na qualidade de Diretora do Centro de Saúde de Miranda do Douro, relativamente aos serviços de saúde deste Concelho que se deparam com falta de profissionais da área da saúde. -----

Referiu que, em termos de médicos este concelho tem neste momento, um rácio, que atesta não haver utentes sem médicos de família. -----

Explicou que, o que acontece é que, temos uma valência que é muito importante para os utentes deste concelho, que é a denominada consulta aberta. Expôs que, este serviço é prestado diariamente, entre as oito da manhã, e às vinte e duas horas, inclusive nos fins de semana, o que equivale a cerca de noventa e seis horas de consulta aberta. -----

Continuou dizendo que, o Centro de Saúde de Miranda do Douro necessita de, pelo menos, mais um médico. E que embora este problema tenha sido abordado junto da Administração Regional de Saúde do Norte, de nada serviu, porque perante o rácio existente não se conseguem encontrar argumentos que permitam o recrutamento de mais um médico. -----

Alertou para este problema e solicitou a colaboração dos membros da Assembleia Municipal, no sentido de, em conjunto encontrar mecanismos para resolver esta situação, porque se trata de uma questão de extrema importância para os utentes do nosso concelho, estando ameaçado o encerramento de algum dos serviços prestados caso não se resolva esta questão. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou que, esta questão é de extrema importância para o nosso Concelho e perguntou se os Deputados desta Assembleia Municipal considerariam, por bem, elaborar uma moção a respeito desta temática, com o que todos concordaram. -----

Considera que, existem dois aspetos a ter em atenção, por um lado a abertura de mais um lugar de médico para desempenhar funções no nosso Centro de Saúde, e por outro, que seja feita a diferenciação entre o número de utentes e os médicos que trabalham no interior do país, dos que trabalham nos grandes centros urbanos, pela oferta de serviços de saúde de que uns podem usufruir e outros não. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** solicitou o uso da palavra para falar a respeito deste tema, tendo o Presidente da Assembleia Municipal autorizado.

Aquele iniciou a sua intervenção transmitindo que, tinha havido uma reunião, na semana passada em Bragança, com a ARS-Norte e com o Secretário de Estado do ministério da tutela, em que foram prestadas declarações públicas, no âmbito da CIM-TTM, a respeito da preocupação com a saúde no distrito de Bragança. -----

Informou que, já tinha tido uma reunião com a Dr.^a Virginia Preto a respeito deste assunto, e que estão a ser tomadas providências a fim de resolver esta questão, que está interligada com a questão do horário de funcionamento das farmácias. Acrescentou que, no dia 22 do corrente mês se realizará uma reunião com o Secretário de Estado e o Ministro da tutela para tentar em conjunto resolver estas questões. -----

Expôs que, é necessário fazer uma avaliação a respeito dos acordos celebrados entre a ARS-Norte e as Câmaras Municipais, há cerca de dez anos a esta parte, acordos esses que previam um conjunto de condições que estipulavam um conjunto de normas de funcionamento dos Centros de Saúde. -

Esclareceu que, segundo a informação estatística existente, não é possível, com os profissionais de saúde que temos, e todo o pessoal adjunto de que um médico necessita, servir as populações da melhor forma. -----

Propôs que, constasse na moção que a Assembleia Municipal vai apresentar a abertura dos serviços de saúde do Centro de Saúde de Miranda do Douro no período da noite. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu ordem para proceder imediatamente à redação de uma moção com o seguinte teor: -----

“MOÇÃO

“Reforço das equipas de saúde no Centro de Saúde de Miranda do Douro” -----

A Assembleia Municipal de Miranda do Douro, dada a problemática que se constata, há longa data, relativamente à prestação de cuidados de saúde primários aos utentes residentes no Município de Miranda do Douro, atendendo ao perfil envelhecido da população, e à necessidade de mais e melhores serviços públicos de saúde, vem apresentar a seguinte proposta. -----

1.º - Que se proceda à abertura de um concurso para reforço das equipas de saúde, nomeadamente, a contratação de um médico/a de clínica geral, e de mais três enfermeiros/as; -----

2.º - Que seja diferenciado o cálculo do número de médicos em exercício de funções no litoral, do número de médicos em exercício de funções no interior do país, devido ao facto de no litoral existir uma oferta de serviços de saúde diversificado, o que não acontece no interior; -----

3.º - Que o horário de funcionamento do Centro de Saúde de Miranda do Douro se prolongue durante o período noturno, de modo a evitar a deslocação de utentes para centros de saúde afastados da sua área de residência. -----

Miranda do Douro, 16 de fevereiro de 2018” -----

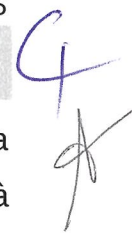
A moção elaborada foi posta a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas**, Camilo Raposo, cumprimentou todos os presentes na sessão. -----

Prosseguiu dizendo que trazia dois temas para tratar que considera importantes. O primeiro tema, disse que se refere a uma obra que herdou do anterior mandato, que diz respeito a uma conduta que se encontra dentro do cemitério em Malhadas, conduta essa, que tem que ser redirecionada para outro local e apelou ao Executivo Municipal, para que esta questão seja resolvida o mais rapidamente possível, com o devido respeito pelo local onde a conduta se encontra. -----

O segundo tema, disse que concerne aos protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia, que é seu entendimento que deviam de ser reforçadas as verbas atribuídas a cada Junta de Freguesia, uma vez que, foram conferidas mais competências às Juntas de Freguesia advindo dessas competências maior despesa. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** pediu aos autarcas das Juntas de Freguesia que evitem vir para a Assembleia Municipal tratar assuntos da competência do Órgão Executivo, sem antes falarem com o Executivo da Câmara Municipal. -----



Aconselhou que, os autarcas conversem com o Executivo Municipal a respeito das problemáticas que surjam nas suas autarquias evitando recorrer à Assembleia Municipal para tratar assuntos que concernem ao Executivo Municipal, porque os assuntos que compete resolver ao Executivo devem ser tratados na Câmara Municipal, e caso não sejam ouvidos, então poderão apresentar os seus problemas na Assembleia Municipal. -----

O **Deputado Bruno Torrado** iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os que se encontravam presentes. -----

Prosseguiu a sua intervenção conforme a seguir se transcreve: -----

“Venho, usar da palavra no período antes da ordem do dia, por forma a transmitir a minha opinião, pedir algumas explicações ao Executivo e também fazer algumas propostas. -----

Sendo assim, venho em primeiro lugar, congratular o Executivo pelo evento realizado “Terra Natal”. -----

Já muito tempo que o concelho de Miranda do Douro merecia uma atenção especial na época natalícia. Vimos muitos outros municípios abordar a época do Natal de uma forma diferente, contribuindo para que se torne numa data mais especial, para que as crianças, que são os verdadeiros atores desta época, se sintam mais envolvidos, mais felizes e acima de tudo, que sintam que o Natal é melhor na sua terra do que em qualquer outro local. O evento “Terra Natal” foi, por isso, um passo importante que este Executivo deu, aliás, já estamos habituados que seja este Executivo a ter uma sensibilidade diferente no ponto de vista da promoção da nossa cidade. Mas, não foram apenas as crianças que ganharam com este evento. A “Tierra Natal” conseguiu promover e inculcar, em todos os que participaram, a língua e a cultura Mirandesa, incluindo a Associação Lérias na organização, e de certa forma acabando por dar um prémio a esta Associação que muito tem feito por Palaçoulo e por todo o Concelho. Também, a ênfase dada às artes, como por exemplo, o teatro e a pintura, foi uma temática importante do ponto de vista cultural. Com isto, as crianças, os pais, os avós, e um pouco por todas as gerações, este ano, pela primeira vez, e com um Executivo eleito pelo Partido Socialista, tivemos oportunidade de ver nascer um evento que dignifica muito o nosso Concelho,

as nossas tradições, a nossa cultura e a nossa língua. Desta forma, aproveito também para dizer que, como em tudo na vida, este evento ainda pode ser melhorado. Acabo então, em relação a este evento, por pedir ao Executivo que dê continuidade do mesmo, sempre com a perspetiva do crescimento e da dinamização. -----

Em segundo lugar, depois de ter visto algumas notícias na comunicação social, constatei que a Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza anunciou um investimento de cerca de novecentos mil euros num projeto de restauro e prevenção estrutural no Parque Natural do Douro Internacional, e dentro deste projeto, foi anunciado também pela Secretária de Estado, a criação de uma brigada de sapadores florestais, que terá como missão a vigilância e primeira intervenção na área do Parque Natural do Douro Internacional, para evitar danos nos ecossistemas, como os deixados pelo incêndio de julho que deflagrou em Picote. Aquilo que pretendo então nesta Assembleia Municipal é que, o Executivo possa explicar em que moldes está isto a ser tratado, o que Miranda do Douro vai ganhar com este projeto? Quantos postos de trabalho Miranda do Douro vai obter com a brigada de sapadores? -----

Em terceiro lugar, gostava de tratar aqui de um outro assunto, de muita importância. Nos últimos tempos, a descentralização tem sido um tema que tem estado na ordem do dia. O excelente governo de António Costa e do Partido Socialista, tem tido a coragem de discutir os assuntos mais delicados na organização administrativa do nosso país, e desta forma, está previsto que muitos poderes possam passar a estar sobre a tutela das autarquias, o que a meu ver, se for acompanhado da devida tranche orçamental, será muito benéfico para aumentar a qualidade de vida dos Mirandeses, aumentando o número de serviços e também a qualidade dos mesmos. -----

É desta forma pertinente discutir sobre a descentralização, antes de proceder à sua execução. E eu, o que venho realçar aqui na esta Assembleia Municipal é um tema em específico. -----

Junto com a descentralização, diz-se vir também a possibilidade de rever o processo que levou à fusão de freguesias. -----

O que verdadeiramente me preocupa, é que a última vez que existiu um processo de fusão de freguesias, as populações não foram ouvidas, e levantou-se uma grande onda de descontentamento por parte da maioria dos Mirandeses. Embora não deixe de reparar que estamos perante uma gestão central muito diferente, pois o Governo já disse que estaria disponível para questionar os cidadãos sobre o seu contentamento positivo ou negativo no que se refere à sua união de freguesias. -----

E é desta forma que a bancada do Partido Socialista questiona a Câmara Municipal sobre a sua posição em relação a este tema. -----

Ressalvando que, a bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, acha bem que se possa reverter ou reorganizar a fusão de freguesias, mas sempre ouvindo primeiro os cidadãos, e posteriormente discutindo aqui na Assembleia Municipal todo o processo. E desta forma não o fazemos à rebelia, como outrora tivemos a infelicidade de observar, onde processos desta impotência foram feitos conforme a vontade das minorias e não das maiorias.” -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Duas Igrejas, Carlos Pêra, cumprimentou todos os presentes e de seguida agradeceu ao Executivo Municipal por mais uma vez ter celebrado o evento “Cantar dos Reis” na freguesia de Duas Igrejas. -----

Felicitou o Presidente da Câmara Municipal por ter sido eleito para a presidência da CIM-TTM (Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, que se sente orgulhoso por esse facto. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Palaçoulo, Manuel Gonçalves cumprimentou todos os que se encontravam presentes e prosseguiu dizendo que assistiu nos meios de comunicação social a um video promocional da “Feira dos Sabores”, tendo ficado surpreendido por não ter sido feita alusão ao encontro cinegético e à montaria realizados no decurso da realização do referido evento. -----

Perguntou qual foi o motivo de não ter sido feita alusão a Palaçoulo, nem a São Martinho, nem se falar do encontro cinegético em si. -----

Referiu que, Palaçoulo desde há longa data deu provas de que tem organizado a montaria de uma forma sustentável e tem criado grandes eventos em torno da mesma. Expôs que, é um facto que a organização da montaria não tem ocupado a Câmara Municipal para organizar o evento, e que, considera que é dever de todas as freguesias ajudar na promoção deste Concelho, mas que, deveria ter sido atribuída a devida relevância ao encontro e à montaria, manifestando o seu descontentamento por isso não ter acontecido. -----

O **Deputado Eduardo Sanches da Gama** deu início à sua intervenção cumprimentando os que se encontravam presentes e em seguida colocou duas questões. -----

Aludiu que, à cerca de uma ou duas semanas atrás o Ministro da Agricultura anunciou cerca de cinquenta milhões de euros destinados à implementação de sistemas de regadio no distrito de Bragança. -----

Perguntou se o Concelho de Miranda do Douro também foi contemplado com algum projeto no âmbito do regadio. -----

A segunda questão apresentada prendeu-se com a falta de água que se tem verificado, aguardando grandes problemas aos produtores pecuários e agrícolas, e disse que, talvez fosse pertinente, na próxima sessão elaborar uma moção a respeito desta temática e se apresentasse a mesma ao Ministro da Agricultura. -----

Referiu que, antes das barragens serem construídas neste Concelho as condições climáticas eram outras e que este problema de seca não se verificava, havendo pastagens para os animais. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Lourenço, cumprimentou todos os que se encontravam na sessão, e prosseguiu a sua intervenção congratulando a Câmara Municipal por ter disponibilizado os meios necessários para tratar da área florestal da sua freguesia. -----

Agradeceu à Câmara Municipal pela sua colaboração para com a Junta de Freguesia que representa, nomeadamente com a maquinaria cedida. -----

Referiu uma iniciativa, que já não era feita há longa data, que foi realizada na terça-feira de Carnaval, tratando a mesma do envolvimento da população de Picote na limpeza de caminhos públicos e pedonais. -----

Chamou à atenção para a reclassificação da Avenida Vale de Moraes, em Picote, onde se verificam alguns problemas por resolver. Concretamente, numa curva, onde não existe gradeamento, numa propriedade privada, informando que o seu proprietário se disponibilizou para viabilizar a resolução dessa questão. Além disso, referiu que algumas entradas não foram feitas, e solicitou ao Executivo Municipal que colaborasse na resolução desse problema. -----

Referiu-se à celebração de um protocolo com a Associações Nacional de Municípios, relativamente à questão da EDP, dizendo que até ao final de março serão entregues à EDP um conjunto de propostas para este Município, e que talvez, algumas delas possam vir a ser desenvolvidas tanto em Picote como no Barrocal do Douro, uma vez que é nesses locais que as barragens se encontram. -----

Para terminar, disse que está a ser desenvolvido um trabalho de recuperação da área que ardeu em Picote, em colaboração com o ICN e com a Câmara Municipal, estando em vista a recuperação do miradouro da “Fraga do Puio”. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, Abílio Barril cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sala. -----

Continuou a sua intervenção expondo que, em meados de novembro solicitou uma audiência com o Presidente da Câmara Municipal e que até à presente data ainda não foi concedida. -----

Falou a respeito da limpeza do Rio Fresno, concretamente da limpeza da ponte de Santa Luzia, que é uma ponte digna de ser fotografada, e que as pessoas que gostam de fotografia têm que se subir nos muros e paredes para tirar fotografias, devido ao facto de junto da ribeira não haver espaço devido aos arbustos aí existentes. -----

Referiu que, a Rua da Costanilha, localizada no Centro Histórico de Miranda do Douro, que se trata de uma rua quinhentista e que entre as décadas de 50, 60 e 70 tinha cerca de cento e vinte moradores, neste momento tem apenas sete moradores. Ainda a respeito da referida rua transmitiu que estão três casas em risco de cair e que deveriam de ser tomadas as devidas

providencias no sentido de impedir um hipotético acidente devido à derrocada das mesmas. -----

Perguntou ao Executivo Municipal quando serão terminados os trabalhos na Estrada Nacional 218 que liga Miranda do Douro a Espanha. -----

Perguntou quando será arranjado o muro que caiu na Rua do Postigo que, há já muito tempo, está caído. -----

Perguntou quando será eleita a Comissão de Toponímia. -----

Para terminar, perguntou ao Presidente da Câmara Municipal quando vão dar inicio os trabalhos de execução dos saneamentos de Vala de Águia. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou o Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro que a Comissão de Toponímia já tinha sido eleita na sessão anterior. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Sendim/Atenor**, Aquilino Ginjo cumprimentou todos os que se encontravam presentes. -----

Relativamente ao que o Deputado António Carção disse a respeito do que se passa na Rua da Frágua, referiu que considera incorreto da parte dele vir a esta Assembleia Municipal sem antes ter consultado o Presidente da Junta de Freguesia a respeito do assunto, e que com certeza que teria sido atendido. ----

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal qual é o ponto da situação relativamente ao heliporto da cidade de Miranda do Douro. -----

Quanto à lei que prevê a limpeza de mato nos terrenos, congratulou o Executivo Municipal, porque se dirigiu ao Gabinete de Apoio ao Agricultor e foi muito bem atendido. Disse que foi esclarecido a respeito das suas dúvidas e ajudado relativamente aos seus problemas, e encaminhados os assuntos que foi tratar, pelos funcionários do referido Gabinete. -----

Considera que, o prazo determinado para a limpeza do mato é extremamente reduzido e discorda que essa competencia tivesse transitado para os Municípios. -----

Discorda com as declarações prestadas pelo Ministro da Administração Interna, quando afirma que os autarcas das juntas de freguesia estarão na linha da frente para resolver esta problemática. -----

Esclareceu que, a única informação que recebeu a respeito desta matéria lhe foi dirigida em correspondência enviada da parte do Presidente da Câmara Municipal, e que da Administração Interna, não tendo recebido do Governo Central qualquer tipo de informação. -----

Aplaudio o Presidente da Câmara Municipal pela iniciativa de enviar informação aos munícipes, a respeito desta temática, através dos cobradores da água. -----

Relativamente a este assunto referiu que o problema que se coloca não é propriamente a limpeza dos terrenos, mas o facto de muitas pessoas estarem apenas neste Concelho apenas no mês de agosto, e neste caso o Município terá que assumir a responsabilidade da limpeza das áreas dos proprietários que não estão cá para fazê-lo. -----

Acrescentou que, o maior dos problemas é a dificuldade na obtenção de pareceres das entidades habilitadas para fazê-lo. -----

Disse que, para proceder à remoção desse mato em determinadas zonas, será necessário abrir caminhos, já que se trata de zonas de difícil acesso, e mais uma vez há necessidade de solicitar ao ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas), parecer para abrir esses caminhos, o que em zonas protegidas não é permitido. Referiu que, este caso ocorre na localidade de Atenor, onde existe um terreno que tem à volta de três mil metros e que seria necessário limpar, mas como é considerada zona protegida não é permitido abrir caminhos e a acessibilidade é extremamente difícil, porque se localiza numa ladeira. -----

Explicou que, para maior gravidade, nesse mesmo local a tutela é também da ARS, informando esta entidade que a limpeza de ribeiras não pode ser feita em época de chuva só podendo ser limpa no tempo quente. -----

Manifestou a sua concordância com a lei que obriga à limpeza de mato, mas considera que quem criou a lei se esqueceu de pôr a máquina a funcionar.

E, considera inadmissível ter pedido um parecer em novembro de 2017 e até à presente data não ter obtido o dito parecer. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** expôs que, numa reunião com a Associação Nacional de Municípios se debateu esta temática, e que

efetivamente se constatou que em determinadas áreas são tantas as entidades que têm tutela, que se torna quase impossível resolver as questões devido ao impasse de umas entidades precisarem de ter o parecer de outras para resolver os assuntos. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa**, António Ribeiro, cumprimentou todos os membros presente na Assembleia Municipal. -----

Dando continuidade à sua intervenção explicou que se dirigiu ao Gabinete de Apoio ao Agricultor várias vezes e que lhe foi cedido um contacto telefónico para resolver esta questão da remoção de mato na sua freguesia. -----

Explicou que falou com uma Técnica do ICNF, e que até há data ainda não conseguiu resolver o assunto. -----

Referiu que uma quarta parte dos terrenos a limpar na Freguesia da Póvoa são propriedade da Junta de Freguesia, dizendo que a Junta de Freguesia da Póvoa, à semelhança das demais juntas de freguesia, não tem verba suficiente para limpar a área de que é proprietária. -----

Perguntou se haveria a possibilidade de elaborar uma candidatura, ou celebrar um protocolo para obter ajuda para proceder à limpeza dos terrenos mais assiduamente. -----

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal de que forma poderá ser resolvida a questão da casa dos andores da Póvoa, uma vez que a Junta Fabriqueira insiste nesta questão, porque pretendem dar início às obras e quer saber se seria possível avançar com essas obras. -----

O **Deputado Antero Besteiro** cumprimentou todos os presentes na sessão e prosseguiu apresentando o seu agradecimento ao Presidente da Câmara Municipal pelo convite que dirigiu a todos os membros da Assembleia Municipal, para participarem num almoço convívio no âmbito da abertura da “Feira de Sabores Mirandeses”. -----

Desejou a todos os expositores as maiores felicidades, e que o número de vendas seja maior que o do ano anterior, assim como, o número de visitantes. -----

Referiu que, todas as observações que faz nas sessões da Assembleia Municipal ao Executivo Municipal são construtivas, e que apenas visam melhorar os serviços prestados. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal alertou para a falta de sinalização vertical e horizontal nas estradas municipais. Referiu-se, concretamente, à estrada do Palancar, vindo de Espanha, onde não existe indicação das localidades, dificultando a orientação de quem vem de fora, especialmente pessoas estrangeiras. -----

Expôs que, na zona industrial, indo para as oficinas da Câmara Municipal, já não se consegue ver a sinalização horizontal no piso. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** passou a dar resposta às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal. -----

Quanto à limpeza das florestas transmitiu que passaria a palavra ao Vereador Ilídio Rodrigues. -----

Expôs que, houve uma reunião em dezembro passado a respeito desta matéria, onde foi explicado que o prazo até 15 de março do ano em curso seria insuficiente para terminar os trabalhos de limpeza das florestas. -----

Relativamente à questão colocada a respeito do cemitério de Malhadas, disse que, também seria o Vereador Ilídio a dar resposta, por estar mais dentro dessas questões. -----

Referindo-se à celebração de protocolos com as Juntas de Freguesia, disse que já foi dito no Executivo Municipal que haveria necessidade de celebrar novos protocolos, tentando reforçar alguma verba, tendo em consideração as novas competências que lhes foram atribuídas, devido ao processo de descentralização de competências. -----

Transmitiu que, o ICNF vai investir na limpeza de todas as zonas inseridas no Parque Natural do Douro Internacional, porque é sua responsabilidade. -----

Comunicou que, existe uma verba de novecentos mil euros para proceder à limpeza das florestas para os próximos três anos. -----

Disse que, entre fevereiro e março do presente ano serão abertos concursos para criar equipas de sapedores florestais. -----

Participou que, será realizada uma reunião com todas as Juntas de Freguesia para que seja elaborado um plano de prevenção em cada uma das freguesias inseridas no Parque. -----

Informou que, a abertura de novos caminhos será possível caso esteja previsto no plano de defesa da floresta contra incêndios. -----

Declarou que, no ano em curso esse plano será revisto o que permitira à execução de novos caminhos, apelando aos Presidentes de Junta que tenham áreas inseridas no PNDI que proponham a execução de novos caminhos. -----

Quanto ao vídeo promocional, respondeu que não teve conhecimento do mesmo, mas que, caso seja possível será imediatamente corrigido passando a ser feita referência às batidas. -----

Relativamente ao regadio, disse que lhe foi dito pelo Ministério da Agricultura que só era possível o financiamento de regadios já existentes.

Quanto ao financiamento de novos regadios, disse que seria elaborado um estudo prévio de viabilidade para implementação de regadios em toda a área do Planalto Mirandês, onde seriam contemplados os concelhos de Mogadouro, Miranda do Douro e Vimioso, e posteriormente proceder ao financiamento desse sistema de rega, o que provavelmente acontecerá no programa 2030. -----

Quanto à marcação da reunião com o Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, marcou a reunião para a segunda-feira de manhã da próxima semana. -----

A respeito do muro caído na Rua do Postigo informou que, o terreno cujo referido muro circunda, já pertence à Câmara Municipal e que será arranjado logo que seja feito um estudo para um acesso à Sé Catedral. -----

Quanto à sinalização das estradas municipais, disse que, o Vereador Ilídio Rodrigues dará resposta à questão. -----

Relativamente ao heliporto, disse que faz parte do protocolo e que logo que seja revisto o protocolo será considerado o financiamento para construção de novos heliportos. -----

O **Vereador Ilídio Rodrigues** iniciou a sua intervenção declarando que a questão da limpeza das florestas e do mato aflige toda a gente. Referiu que,

esteve em algumas reuniões com algumas entidades ligadas a esta problemática e que a partir do dia 16 de março a GNR vai estar no terreno como entidade fiscalizadora, bem como a PSP, a Câmara Municipal, e demais entidades habilitadas para fazê-lo. -----

Comunicou que, caso haja dúvidas que recorram aos serviços para esclarece-las. Especificou que, o principal a ter em conta é a limpeza a cinquenta metros à volta de edifícios isolados, sejam eles habitações ou empreendimentos industriais, e a cem metros para fora da zona urbana deve ser feita a limpeza da vegetação. Também informou que, a legislação específica de que maneira deve ser feita a limpeza. -----

Em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas, relativamente ao cemitério de Malhadas, declarou que trataria da questão pessoalmente com ele. -----

Quanto ao saneamento de Vale de Águia, informou que já tinha sido assinado o auto de consignação dos trabalhos, e que o empreiteiro tem ordem para iniciar os trabalhos quando entender. -----

Terminadas as intervenções o Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte. -----

3. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2017 -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, não se tendo verificado nenhuma inscrição, foi colocada a votação a ata da sessão realizada no dia trinta de novembro de dois mil e dezassete, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade dos membros presentes na referida sessão, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo. -----

Subsequentemente o Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte. -----

4. APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: o

Deputado António Carção; e o Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela, Orlando Vaqueiro. -----

O **Deputado António Carção** referiu que, este regimento é a cópia do anterior com pequenas adaptações, fruto da própria legalidade. -----

Tem dúvidas a respeito da gestão de tempo utilizado para intervir nas sessões, fez dois ou três reparos a respeito do regimento. -----

Concretamente, no que se refere à secção n.º 15, artigo 24.º, “Uso da palavra no período antes da ordem do dia”, disse que, cada interveniente não deve exceder na sua intervenção mais de cinco minutos e por uma só vez. -----

Considera que, deveria haver uma alternativa porque caso depois de ter resposta à questão colocada não ter ficado esclarecido, poder solicitar um segundo esclarecimento a respeito da resposta dada. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que esses casos serão remetidos para o último ponto do regimento que apela ao bom senso. -----

O **Deputado António Carção** referiu que, às vezes se fica sem saber quais são as verdadeiras competências da Assembleia e as verdadeiras competências da Câmara, pois, os membros da Assembleia Municipal têm o tempo contado para intervir e os membros do Executivo Municipal falam durante o tempo que lhes apetece. E que, constatou que esta é a primeira vez que o Presidente da Assembleia Municipal estipulou tempo para as intervenções do Presidente da Câmara Municipal e dos membros do Executivo Municipal, o que considera correto. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou que, a partir deste momento, vai tentar gerir esta questão do tempo utilizado para intervir da melhor maneira possível, fazendo uso do bom senso. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela**, Orlando Vaqueiro disse que, é seu entendimento que à Assembleia Municipal compete fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, fazer recomendações à Câmara Municipal, colocar questões à Câmara Municipal para obter respostas, e algumas destas recomendações, tendo em consideração a ordem de trabalhos desta sessão, devem ser feitas no “Período de antes da ordem do dia”, e também, é nesse período que devem ser pedidos os esclarecimentos técnicos.--

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que vai tentar estar atento, e fazer a melhor gestão das preocupações apresentadas. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela**, Orlando Vaqueiro, continuou a sua intervenção dizendo que este é um espaço de debate e por conseguinte, em seu entender, os prazos mencionados no regimento são meramente indicativos. Como tal, quando o assunto em discussão mereça um relevante interesse, e porque os prazos são meramente indicativos, não vê nenhum inconveniente, nestes casos, que os mesmos sejam ultrapassados. -----

Além disso, referiu que o Presidente de uma Assembleia Municipal deve saber distinguir o que é acessório do que é útil. -----

Quanto à famosa alínea k) que consta no regimento, que é uma transcrição “ipsis verbis” do que consta na lei que regula as autarquias locais, que é a Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal tem competência nos termos desta alínea, nos casos de contratação em que a competência não tenha sido já delegada, a lei prevê a delegação dessa competência. -----

Outra questão apresentada foi, a Lei 75/2013 diz, que a Assembleia tem competência para recomendar à Câmara Municipal a forma de apoiar as freguesias, e então de acordo com este preceito da lei, a Assembleia Municipal deveria deliberar que a Câmara Municipal deve apoiar as freguesias com dinheiro para esta área, com máquinas para aquela área, afirmou que isso é que era útil e que não vê isso refletido no regimento. -----

Terminadas as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal pôs este assunto a votação, tendo sido o Regimento da Assembleia Municipal aprovado por unanimidade. -----

5. DECLARAÇÃO DO REGISTO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS DE 2017 -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, não se tendo verificado nenhuma inscrição passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

Foi dado conhecimento aos membros da Assembleia Municipal do teor da declaração do registo dos compromissos plurianuais de 2017. -----

6. DECLARAÇÃO DOS RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS EM ATRASO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, não se tendo verificado nenhuma inscrição, passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

Foi dado conhecimento aos membros da Assembleia Municipal do teor da declaração dos recebimentos e pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2017. -----

7. RELAÇÃO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO PAGOS EM 2017

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, não se tendo verificado nenhuma inscrição, passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

Foi dado conhecimento aos membros da Assembleia Municipal do teor da relação dos compromissos assumidos e não pagos em 2017. -----

8. ISENÇÕES E BENEFÍCIOS FISCAIS – ANO DE 2017 -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, não se tendo verificado nenhuma inscrição, passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

Foi dado conhecimento aos membros da Assembleia Municipal das isenções e benefícios fiscais concernentes ao ano de 2017. -----

9. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANO DE 2017 -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, não se tendo verificado nenhuma inscrição, passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

Foi dado conhecimento aos membros da Assembleia Municipal da assunção de compromissos plurianuais respeitantes ao ano de 2017. -----

10. PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PAF – ANO DE 2017 -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, não se tendo verificado nenhuma inscrição, passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

Foi dado conhecimento aos membros da Assembleia Municipal do Plano de saneamento financeiro – Relatório de acompanhamento da execução do PAF relativo ao ano de 2017. -----

11. AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – EMPREITADA: SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A MIRANDA DO DOURO – ZONA NORTE – CONSÓRCIO: ELIAS SANTOS PINTO & FILHOS, S.A.; VIVADOURO CONSTRUÇÕES, LD.^a; OVAVA, LD.^a -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, não se tendo verificado nenhuma inscrição, pôs a votação este assunto tendo sido aprovado, por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais concernentes à empreitada “Sistema de abastecimento de água a Miranda do Douro – Zona Norte”, adjudicada ao consórcio: Elias Santos Pinto & Filhos, S.A.; Vivadouro Construções, Ld.^a; Ovava, Ld.^a. -----

12. AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – EMPREITADA: CONSTRUÇÃO DA ETAR DE SENDIM -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, não se tendo verificado nenhuma inscrição, pôs a votação este assunto tendo sido aprovado, por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais para execução da empreitada “Construção da ETAR de Sendim”. -----

Declarou que para ele é fantástico verificar que este assunto vem finalmente a aprovação da Assembleia Municipal porque durante vinte anos se bateu pela renovação e reestruturação da ETAR em Sendim e ver agora a sua concretização é muito gratificante. -----

13. PEDIDO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA SOLICITADA POR GILBERTO FERNANDES PRETO – PROC.º 361/2015 -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito, o Presidente da Junta de Freguesia de Picote, António Jorge Lourenço. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, António Jorge Lourenço, disse que se congratula com a declaração de reconhecimento do interesse público na regularização da atividade pecuária solicitada pelo requerente Gilberto Preto porque é mais uma forma de desenvolver a atividade económica na freguesia de Picote. -----

Terminada a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Picote, o Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação este assunto, tendo sido aprovado, por unanimidade, reconhecer que é do interesse público a regularização da atividade pecuária, solicitada pelo requerente Gilberto Fernandes Preto, relativamente ao processo n.º 361/2015, registado na Divisão de Ambiente e Gestão Urbana, da Câmara Municipal de Miranda do Douro, em conformidade com o parecer técnico que a seguir passa a ser transcrito. -----

1- DESCRIÇÃO DA PRETENSÃO: -----

- O requerente solicita deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade pecuária, emitida pela Assembleia municipal, sob proposta da Câmara municipal, de acordo com a alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

2- FISCALIZAÇÃO: -----

- O Fiscal municipal, em visita ao local em 01/12/2015, informa que na parcela estão edificadas duas construções, destinadas à guarda de ovinos, situam-se fora do perímetro urbano, e foram realizados sem os necessários atos administrativos de controlo prévio. -----

3- ENQUADRAMENTO COM O PDM DE MIRANDA DO DOURO: -----

a) O local identificado na Planta de Ordenamento, encontra-se na classe de “solo rural” e quanto ao uso dominante do solo, na categoria de “Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal”. -----

De acordo com a Planta de Condicionantes, o local no se encontra em área de servidões administrativas e restrições de utilidade pública da “Área classificada do Parque Natural do Douro Internacional”. -----

b) Medidas de defesa contra incêndios florestais: -----

- O prédio rústico onde está implantada edificação, de acordo com a carta de ocupação do solo do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

de Miranda do Douro, está classificado com ocupação florestal (floresta, matos e pastagens espontâneas), pelo que, de acordo com as regras e condicionalismos à edificação estabelecidos no PMDFCI estes edifícios têm de salvaguardar na sua implantação no terreno, a garantia de distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior da edificação. -----

- No prédio rústico onde estão implantadas as edificações, de acordo com a cartografia de perigosidade de incêndio florestal do PMDFCI, estão classificadas com perigosidade alta. -----

- Neste sentido e face ao exposto, as regras e condicionalismos previstos para as edificações em espaço rural ou florestal não são cumpridas, já que não se cumpre a condicionante de ter 50 metros de afastamento da edificação às extremas requeridos para novas edificações em espaço florestal (floresta, matos e pastagens espontâneas). Além disso, a construção de edificações é interdita em prédios rústicos classificados nos PMDFCI com perigosidade alta ou muito alta. -----

4) DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO: -----

O diploma permite avaliar a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou de exercício válido face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

O procedimento de regularização das atividades económicas é apresentado à entidade coordenadora ou licenciadora definida nos termos dos regimes legais setoriais aplicáveis e deve ser instruído com os elementos constantes de portaria dos membros do governo responsáveis pelas áreas da economia, do ambiente, ordenamento do território, energia e da agricultura, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 e 5, do artigo 5, quando aplicável. -----

O n.º 4 do artigo 5º determina que na parte respeitante à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidão administrativa ou restrição de utilidade

pública, o pedido de regularização deve ser instruído nomeadamente com deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal na regularização de estabelecimento ou instalação, emitida pela Assembleia municipal, sob proposta da Câmara municipal. -----

5- CARATERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO: -----

O Requerente, com restante agregado familiar, dedica-se à produção pecuária desde que iniciou a sua vida ativa. -----

Da exploração pecuária sobrevém o sustento familiar, independentemente do número de postos diretos de trabalho indexados à atividade. Além disso, insere-se numa fileira – fileira dos produtos cárneos – que gera atividade e valor relevante, quer a montante quer a jusante, com reflexos na viabilidade da Unidade de Abate Local e dos vários Estabelecimentos de Venda de Carnes. -----

Por outro lado, a atividade desenvolvida parece-nos geradora de diminutos impactos ambientais, inclusos aqueles que poderiam causar insalubridade e/ou incomodidade para a população do aglomerado urbano em que se insere, tanto mais que a pastorícia é a base do sistema agrário desta Unidade produtiva, permanecendo os animais reduzido tempo na estabulação. Uma prova do reduzido impacto negativo é a não existência, neste Município, qualquer queixa de insalubridade ou de incomodidade contra esta exploração. -

As instalações são servidas pelas redes públicas de abastecimento de água e eletricidade, e o encaminhamento dos efluentes pecuários é efetuada com a periodicidade necessária e encaminhados para valorização agrícola na própria exploração. -----

Acresce que o Requerente não dispõe de meios financeiros para proceder à deslocalização da atividade e, muito menos, dispõe de instrumentos ou ferramentas de natureza profissional, vocacional ou académica para, nesta altura da sua vida, mudar de ramo de atividade. -----

Deve também ser considerado, por último, que na região interior e despovoada em que nos encontramos, escasseiam oportunidades de emprego, privado ou público, sendo a atividade agropecuária responsável pela

manutenção do tecido socioeconómico que ainda vai resistindo à erosão provocada pelos ventos da globalização.” -----

6- PROPOSTA DE DECISÃO: -----

Verificando-se preenchidos os pressupostos e fundamentos do reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da instalação, propõe-se que o pedido seja presente a reunião da Câmara Municipal para apreciação. -----

Caso o pedido mereça deliberação favorável deverá ser reenviado para a próxima reunião da Assembleia Municipal para deliberação”. -----

14. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, não tendo havido inscrições, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para elucidar os presentes a respeito do conteúdo desta informação. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** prestou esclarecimentos a respeito da referida informação. -----

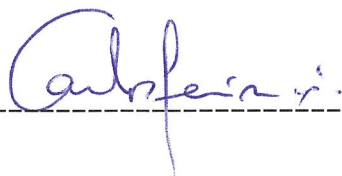
Aproveitou para dar conhecimento aos membros presentes na Assembleia Municipal que no dia dez de março iria ser feita homenagem a um defunto natural de Duas Igrejas que faleceu ao serviço da Marinha que ocorreu nos Açores e por tal motivo estaria a homenagea-lo a banda da marinha portuguesa apelou para que todos se juntassem às comemorações. -----

Referiu que no dia onze de março se realizará o evento “Exaltação da Capa de Honras Mirandesa” e que gostaria que todos participassem nesse evento. -----

Os membros da Assembleia Municipal tomaram conhecimento da informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal a esta Assembleia Municipal. -----

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a sessão eram doze horas e trinta minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão

